

Beckenkamp, Joãozinho. *Entre Kant e Hegel*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004, 288 p.

Pedro Geraldo Aparecido Novelli¹

“Entre Kant e Hegel” tem por objetivo mostrar a filosofia que vai além de Kant e Hegel, mas que teria sido ofuscada e até negligenciada por se encontrar justamente entre dois dos marcos de excelência na história da filosofia. Assim, Beckenkamp, professor de filosofia da Universidade Federal de Pelotas/RS, apresenta em seu livro pensadores que se situam no período histórico que compreende as filosofias de Kant e Hegel.

O primeiro desses textos é ‘O que quer dizer orientar-se pelo pensamento?’ de Kant que trata da resposta dada a Mendelssohn e Jacobi que discutem a respeito da identificação feita entre Lessing e Espinosa. Os próprios kantianos acreditavam que Kant deveria se opor a Jacobi, porém Kant não o via como um verdadeiro opositor de sua filosofia. Para Kant somente a manifestação de Jacobi sobre uma religião positiva poderia ser um motivo para alguma intervenção de sua parte. Embora esse não tenha sido o caso, Kant se sente motivado a escrever porque a interpretação feita por Jacobi da filosofia de Espinosa lhe pareceu ser muito relativista. Segundo Kant, não se poderia afirmar uma substância viva que já não estivesse presente e fosse real na razão.

O segundo texto que dá nome ao segundo capítulo tem também a autoria de Kant e se intitula ‘O que significa orientar-se pelo pensamento?’ que se articula com a discussão apresentada no capítulo anterior. Aqui Kant procura em seu texto-resposta reafirmar os postulados de sua filosofia. De início ele menciona que nosso pensar tem sempre sob seu olhar a experiência. No entanto, o fundamento de nossa orientação é sempre a razão pela perspectiva subjetiva. Sem isso nenhuma confiabilidade seria possível, pois a incerteza reina na experiência. Os aspectos teórico e prático da razão mostram que há ao mesmo tempo uma necessidade e uma satisfação que devem encontrar na razão sua realidade e sua realização. Uma razão saudável é uma razão que se entende como racional. Ela não reconhece somente a realidade, mas ela é também o fundamento de todo reconhecimento. A razão pode tudo fazer, mas ela não deve permanecer sob outro poder que não seja ela mesma.

O terceiro capítulo apresenta “Sobre a doutrina de Espinosa” que é um livro de Jacobi sobre a identificação de Lessing com a filosofia de Espinosa que, segundo muitos iluministas, seria uma crítica ao fundamento de referência da ‘Aufklärung’, ou seja, a razão e sua autoridade.

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação do Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Botucatu – SP.

Jacobi compreende Espinosa como o mais conseqüente dos racionalistas. Com sua consideração sobre a filosofia de Espinosa, Jacobi o apresentou, sem o saber, ao idealismo alemão porque sua crítica se tornou uma resenha sobre Espinosa. O sétimo apêndice do livro de Jacobi é a passagem apresentada por Beckenkamp. Esse texto pode esclarecer e lançar luzes sobre o idealismo de 1790. Segundo Jacobi a substância universal já havia sido afirmada nas filosofias antigas. A unidade na pluralidade da natureza poderia ser encontrada pelos homens. Para Jacobi, Espinosa teria procurado pela unidade e a confirmado na ligação com toda a existência. Para Espinosa uma tal substância universal está sempre presente sem que seja necessário algum sujeito além dela que a faça ser real. Nesse sentido a razão é um momento tardio, um resultado. Segundo Jacobi, Espinosa promove uma confusão entre a origem e a fundamentação. A origem está relacionada com o momento do tempo e a fundamentação não tem limites. Se não há nenhuma referência precisa, como seria o caso da razão, então, realidade e irrealidade poderão ser trocadas uma com a outra. A reação de Jacobi é que o que existe no pensamento deve ser mostrado na realidade, pois seria a existência um acaso ou o resultado de uma inteligência?

No capítulo seguinte, o quarto, apresenta-se a análise de Fichte sobre o livro 'Enesidemo' de Schulze, professor da Universidade de Hemlstadt. Schulze critica Reinhold no início de seu livro, mas ele também considera Kant e logo se volta contra o professor de Königsberg. De acordo com Schulze é um problema que a coisa em si seja o fundamento da aparência. A experiência é que é o campo da aparência. A coisa em si encontra-se no campo do conceito. Por isso, seria impossível a aparência como resultado do conceito. Para Schulze o conceito da coisa em si deveria ser deixado de lado. Fichte em 'Sobre o conceito de Doutrina da Ciência' afirma que a filosofia será real e efetiva quando nosso conhecimento e a coisa em si estiverem ligados. Esse aspecto, segundo Fichte, é negligenciado por Schulze, para quem é o aspecto prático da filosofia de Kant que interessa, que deveria ser o fim da filosofia crítica porque é por meio dos limites do conhecimento do homem que se pode saber o que se deve ou não fazer. Uma moral pode, segundo Schulze, ser possível em Kant, se certos postulados são aceitos. Contudo, postulados como a imortalidade ou a existência de Deus não podem ser somente conseqüências lógicas. Schulze entende, como Reinhold, que a filosofia deve ter um conceito universal. Tal conceito poderia ser a consciência, mas como pode esta ser fundamentada? Um dado fundamento não pode ser exterior à lei da própria consciência. De onde viria essa lei? Ela poderia ser provada na experiência, porém como poderia a própria experiência ser fundamentada? Seria a consciência um fato da razão? Segundo Fichte a consciência é uma atividade do eu. Está sempre presente, mas deve ser aceita ou reconhecida.

Para Schulze, Reinhold afirma que o sujeito precisa do objeto para poder se reconhecer. O que o sujeito representa é sua objetividade ou ele mesmo. Fichte sustenta que o objeto poderia ser um desenvolvimento posterior do sujeito e isso deveria ser afirmado como ponto de partida. Schulze, por sua vez, afirma a representação do sujeito e do objeto. Na direção contrária, Fichte insiste que sujeito e objeto são as condições de toda representação. Uma representação somente é possível porque ela se origina das categorias como o sujeito e o objeto. O que é representado tem seu fundamento em tais categorias. Fichte mostra que as categorias são universais e que a experiência é sempre particular. O sujeito deve estar aí, mas ele é também uma determinada construção. O objeto é dado, mas não o é por si mesmo. Schulze une sujeito e objeto na representação, mas Fichte observa que ambos sujeito e objeto já são, cada um deles, uma representação. A representação é um resultado cuja origem pode ser encontrada no sujeito e no objeto. Por isso, não seria possível uma existência em si, que pudesse ser totalmente independente. A coisa em si é a afirmação de um sujeito e também o critério de verdade dessa tese. A crítica sobre o aspecto moral, significa para a filosofia crítica, que Schulze entende o desenvolvimento prático dessa filosofia como primário. Segundo Fichte, a filosofia prática depende da afirmação do eu, que quer ser efetivo na realidade. Um tal eu se pergunta, se ele pode fazer, o que ele deve fazer. Seu dever é sua consciência desse dever na realidade. O conhecimento de uma existência ou da realidade não é o conhecimento de uma prioridade em relação à razão, mas somente a afirmação da razão como fonte necessária. Sem a razão nenhuma causalidade pode ser reconhecida enquanto tal.

O quinto capítulo trata do texto de Holderlin 'Juízo e Ser' que permite compreender todo o desenvolvimento do idealismo alemão. Holderlin está interessado no ser absoluto o qual é compreendido como uno. Tal unidade teria inspirado Hegel para quem o juízo é uma separação entre o sujeito e o objeto. Ao mesmo tempo a ligação entre sujeito e objeto é afirmada nessa separação. Desse modo, o que a realidade é, e a sua possibilidade, remetem à aparência e ao entendimento. O que é possível deve ser efetivo inclusive para poder ser uma possibilidade. O conceito de unidade passa a ser a relação entre realidades aparentemente distintas e dissociadas. A unidade sujeito-objeto, dos 'diferentes', é o ser.

'Sobre a utilidade moral dos costumes estéticos' constitui o sexto capítulo. O referido texto faz parte da correspondência trocada entre Schiller e o Príncipe de Augustenburg. Schiller apresenta os resultados de seu projeto Kallias no qual ele considera o seu conceito do Belo em relação às outras concepções de seu tempo. Schiller expõe três conceitos do belo: o subjetivo sensível de Burker, o objetivo racional de Kant e o subjetivo racional de Baumgarten, Mendelssohn e dos discípulos de Wolff. A perspectiva de Schiller é a objetiva sensível.

Schiller pretende entender e conceituar um objeto por meio de sua manifestação. A forma de um objeto na sensibilidade será a expressão de sua liberdade. Schiller poderia dizer com Kant que aqui a liberdade não é real, mas ele afirma aqui a representação da liberdade. Contudo, Schiller modificaria sua compreensão em razão do significado de seu interesse pela arte para o mundo moderno. Os acontecimentos na França o impressionaram consideravelmente e essa seria a pedra de toque sobre a qual se apóia sua mudança de compreensão estética. O terror da revolução não foi aceito por ele e, sua explicação a respeito liga-se à não educação estética do povo. O gosto refinado seria algo necessário porque quem deseja o bem, procurará sempre o belo, o justo, o perfeito. Assim, a razão é o fundamento da moral, mas somente na medida em que ela seja influenciada pela sensação, isto é, a boa sensação. Caso contrário, a moral não será nem real nem convincente.

No sétimo capítulo apresenta-se o texto de Schlegel ‘Sobre o Estudo da poesia Grega’ que é um documento do início do romantismo alemão. Schlegel reúne duas tendências sendo uma a assunção da arte grega como definitiva e a outra que afirmaria a ótica iluminista. Schlegel se posiciona na direção da infinita perfeição do homem, porém a arte ou a poesia devem ter por fim o belo. A arte clássica permanece sempre como um ideal que deve ser buscado e a arte moderna mostra sua originalidade que, por sua vez, afirma o contínuo desenvolvimento do homem.

‘O mais antigo sistema de programa do idealismo alemão’ cuja autoria é imprecisa abre o oitavo capítulo do livro. Os autores possíveis poderiam ser Rosenzweig, Schelling ou também Holderlin, mas o pesquisador hegeliano Pöggeler afirma que, levando-se em consideração vários aspectos, Hegel pode ser apontado como o autor do texto em questão. A ordem dos temas, ou seja, moral, belo e religião não poderia representar um projeto na filosofia de Hegel que adquiriria a conformação da religião, estética e filosofia posteriormente?

O nono capítulo considera o texto kantiano ‘Declaração sobre a Doutrina da Ciência de Fichte’. Trata-se da reação de Kant contra a nova interpretação de sua filosofia que não recebe, segundo Fichte, uma clara fundamentação. A razão e seus sinais de reconhecimento são a tarefa de Kant e isto, segundo ele, não teria sido adequadamente compreendido. Segundo Kant, a filosofia de Fichte é uma pura lógica sem ligação com a realidade na qual se encontra o sujeito e na qual o objeto não é procurado. Kant afirma que sua filosofia, ao contrário do que pensa Fichte, não é uma introdução à uma nova filosofia.

Com o texto ‘Primeiro Projeto de um Sistema da Filosofia da Natureza’ de Schelling inicia-se o décimo capítulo. O ser absoluto é visto aqui, por Schelling, na natureza. O homem é o ponto mais alto do desenvolvimento da natureza que, desse modo, torna-se consciente de si. Por

isso, a filosofia da natureza e a filosofia do eu são um duplo desenvolvimento de uma única filosofia. A natureza é a única causa da realidade ou do que existe.

No capítulo final o fechamento se dá com um texto de Hegel 'Fragmento do Sistema de 1800' é a afirmação de que a vida é a identidade da identidade e da contradição. Segundo Hegel somente a religião poderia, naquele momento, reunir os diferentes momentos da vida. Numa segunda parte do texto, Hegel mostra a necessidade de que o sujeito deve ser efetivo na objetividade. O que é universal não pode esquecer, nem deixar de lado, a multiplicidade de todas as situações. Assim sendo, a religião, ao reunir, assume as diferenças e, é, por conseguinte, a expressão nesse momento da separação entre o finito e o infinito que a filosofia se encarregará de superar. Com isso Hegel indica a tarefa de sua filosofia ou de toda filosofia, como ele a entende, que é a de reunir o que foi separado.

O livro de Beckenkamp preenche uma lacuna na literatura filosófica brasileira. Trata-se de leitura necessária para todos aqueles que desejam conhecer melhor o idealismo alemão no período específico que compreende Kant e Hegel, e também para aqueles que desejam ser introduzidos nesse momento instigante do pensamento filosófico ocidental.